



Abi-Ackel: proposta do PT paulista para salário mínimo é “provocação”

O líder da Minoria na Câmara, deputado **Paulo Abi-Ackel (MG)**, classificou nesta quinta-feira (24) de “provocação” a proposta do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo para reajustar o salário mínimo acima do valor apresentado pelo governo Geraldo Alckmin (PSDB). O tucano lamentou também a aprovação do piso salarial de R\$ 545 pelo Senado nesta quarta-feira (23). Na avaliação do parlamentar, os fatos mostram a contradição dos petistas que no Congresso rejeitaram a proposta de R\$ 600 do PSDB e em São Paulo propõem um valor maior sem qualquer embasamento técnico.

O salário mínimo em São Paulo é dividido em três faixas. A gestão tucana propôs R\$ 600, R\$ 610 e R\$ 620 para 2011. O PT paulista defende duas: R\$ 660 e R\$ 720. “O nosso número é o resultado de um estudo econômico que nos deu sustentação para a tese do salário de R\$ 600. O número deles é uma provocação”, reprovou Abi-Ackel.

O deputado condenou a maneira não democrática de o PT lidar com a questão. “Em Brasília querem

usar da força para impor não só o valor que lhes é conveniente como fixar uma política de longo prazo por decreto, algo muito comum na época da ditadura. A atitude em São Paulo revela bem o quanto eles estariam propondo no Congresso se o PSDB tivesse vencido as eleições e colocado em discussão o valor prometido durante a campanha”, ponderou o líder da Minoria.

O parlamentar também lembrou que a proposta inicial do Planalto era aumentar o valor para R\$ 538, que passou para R\$ 540 na Lei Orçamentária. Com este último patamar, haveria uma redução real de 0,5%. Com R\$ 545, a expansão foi de pífios 0,3%. Com isso, o governo Dilma interrompe a série de 16 anos de ganhos reais do piso salarial. “Vamos torcer para que o Brasil tenha condições de dar um aumento maior em um curto espaço de tempo. Até que a presidente acabe se tornando vítima do próprio excesso de autoridade mandando para a Casa um projeto de lei que reorganize o planejamento feito pelo Palácio por decreto”, afirmou.



PSDB e DEM contestarão no STF projeto que regula piso salarial por decreto, afirma Alvaro Dias

O líder do PSDB no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, anunciou nesta quinta-feira (24) que o PSDB, em conjunto com o Democratas, ajuizará no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o projeto de lei aprovado pelo Congresso que fixa o novo valor do salário mínimo. Segundo o tucano, a ação questionará a constitucionalidade do artigo que garante ao governo a possibilidade de alterar o salário mínimo por decreto presidencial e sem passar pelo Congresso.

“O projeto do governo retirou do Congresso Nacional a prerrogativa de aprovar o valor do salário mínimo. Em seu artigo 7º, a Constituição brasileira dispõe que o mínimo será fixado por lei. Portanto, o Senado aprovou uma proposição que afronta à Constituição e desperdiçou a oportunidade de se afirmar, de consagrar sua interdependência com o Executivo. Não resta outra alternativa senão recorrer ao STF”, avaliou Alvaro Dias.

O tucano reiterou que os partidos de oposição ingressarão com a Adin assim que o projeto do salário for publicado no Diário Oficial da União. O senador acredita que a iniciativa terá acolhida entre os ministros do Supremo, pois o dispositivo que permite ao governo decretar o valor do salário mínimo torna o projeto “flagrantemente inconstitucional.”

“Este projeto do salário mínimo já veio do Executivo com o propósito de facilitar a gestão do governo. É confortável para o Palácio do Planalto administrar o país com decretos e medidas provisórias. Os parlamentares não podem permitir este achincalhe ao Legislativo, que é essencial para o Estado Democrático de Direito”, concluiu o senador.



Partido está unido por reajuste de 5,9% na tabela do IR

Passada a disputa em torno do valor do salário mínimo, o Congresso deve começar a debater a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, que será feita por meio de medida provisória. O governo pretende conceder uma correção de 4,5%, número que teria sido definido pelo governo com base na meta inflacionária para este ano. Alvaro Dias adiantou que o partido discorda do valor oferecido e a oposição também vai batalhar por uma correção de pelo menos 5,9%. Este mesmo percentual é defendido por tucanos na Câmara. “Na verdade o governo trabalha com números que o beneficiam e prejudicam a população. Os números do Banco Central falam em 5,91%”, criticou o líder tucano.

Rui Palmeira propõe CPI para investigar venda ilegal de imóveis da reforma agrária

Investigar a venda, a distribuição e a ocupação ilegal de imóveis rurais destinados à reforma agrária no Brasil. Esta é a proposta do requerimento para a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) encabeçado pelo deputado **Rui Palmeira (AL)**. A partir desta quinta-feira (24) o parlamentar alagoano começou a colher as 171 assinaturas necessárias à instalação do colegiado na Câmara.

“O PSDB já garantiu apoio integral a esta CPI, que busca apurar este problema nacional. Não podemos compactuar com a venda e a ocupação de terras destinadas à reforma agrária, desapropriadas com recursos públicos e que deveriam ser destinadas a trabalhadores sem terra e a pequenos produtores rurais. Vamos reunir os deputados tucanos e os de outros partidos neste esforço cívico. Reforma agrária não pode continuar a ser caso de polícia”, disse Palmeira.

A proposta da CPI se consolidou após denúncias veiculadas na imprensa nacional, que indicam a utilização e a venda ilegal de lotes desapropriados pelo Incra. Especificamente em Alagoas, reportagens da imprensa local denunciaram o mesmo fato com robustez de indícios, levando o presidente da OAB/AL, Omar Coelho, a sugerir a proposição da comissão. O Conselho Federal da OAB, presidido por Ophir Cavalcante, manifestou moção de apoio nacional à proposta. @

“Este problema não se resume a Alagoas e vem desmoralizando a reforma agrária em todo o país. Há casos análogos na Bahia, em São Paulo e no Mato Grosso. Por isso, uma comissão com este objetivo será de grande valia.”

■ Deputado Rui Palmeira (AL)

Marcus Pestana defende financiamento adequado do SUS e reformas política e tributária

Em seu pronunciamento de estreia na tribuna da Câmara, o deputado **Marcus Pestana (MG)** afirmou que o Legislativo deve focar seu trabalho no enfrentamento de três gargalos da gestão pública: mudança profunda do sistema político, eleitoral e partidário, transformação radical do sistema tributário e fiscal e a construção de um padrão de financiamento consistente e adequado para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Na avaliação do tucano, esse é um terreno onde não obrigatoriamente se confrontarão oposição e governo, maioria e minoria. “É possível a construção de canais de negociação e debate para erguermos consensos progressivos em torno de temas tão complexos e polêmicos”, avaliou. Pestana acrescentou que “a mudança será proporcional à ousadia e capacidade de negociação” dos parlamentares. Quanto ao financiamento da Saúde, o deputado, que foi se-

cretário de Saúde do governo Aécio Neves por sete anos, afirmou que é impossível garantir o acesso universal e de qualidade com pouco mais de R\$ 700,00 anuais por habitante.

O parlamentar lembrou que todas as pesquisas de opinião pública, revelam há muito tempo que a prioridade “número um” do imaginário popular é a saúde. “É um paradoxo que não consigamos produzir decisões que reflitam a vontade expressa da população, sequer regulamentando a Emenda Constitucional 29”, lamentou.

Para Pestana, agir a favor desses três temas é zelar pela imagem do Congresso. “Isso não será feito com retórica vazia, com pirotecnia ou factóides, com omissão ou preguiça. Sairei daqui frustrado e considerando que fracassamos como instituição, se daqui a quatro anos não tivermos introduzido mudanças profundas nestes três setores absolutamente prioritários para o Brasil avançar”, ponderou. @

Leia também em nosso blog:

- MP aprovada pela Câmara autoriza maquiagem do Planalto sobre o superávit primário, alertam tucanos
- Atraso nas obras dos aeroportos para Copa de 2014 é reflexo da incapacidade do governo federal, criticam deputados
- Ruy Carneiro destaca aprovação da medida provisória que amplia o Bolsa-Atleta
- Duarte Nogueira pede instalação de Comissão Especial para analisar Plano Nacional de Educação
- Marisa Serrano propõe comissão para discutir projetos em benefício das mulheres
- Direto do Plenário, com os deputados Ruy Carneiro (PB), Domingos Sávio (MG) e Fernando Francischini (PR)
- Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Jorginho Mello (SC), Carlos Alberto Leréia (GO), Vaz de Lima (SP), Romero Rodrigues (PB) e Pinto Itamaraty (MA)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhô ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @, enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>